S. R.

ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento n.º: A0413/2020

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º
Objeto

1. O presente procedimento destina-se à aquisição de computador e servidor para implementação do projeto (SICAVE) de acordo com os requisitos técnicos em anexo ao presente caderno de encargos, para cada Lote:

Lotes	Artigos – Descrição	Qtds
Lote 1	Computador de Secretária Avançado (conforme requisitos técnicos em anexo ao Caderno de Encargos)	1
Lote 2	Sistema x86 rack tipo xR3(conforme requisitos técnicos em anexo ao Caderno de Encargos)	1

2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

Artigo 2.º
Local de entrega dos bens/serviços

Os bens/serviços objeto do contrato serão entregues na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, sito Estrada do Infantado, 2890-403 Benavente, Portugal.

Artigo 3.º
Prazo de entrega dos bens/serviços

1. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de 2**0 (vinte) dias**, a contar do dia útil seguinte à data do envio do Pedido de Compra emitido pela Direção de Aquisições;
2. Mediante pedido devidamente fundamentado pelo adjudicatário, e apenas nas situações em que o prazo de entrega seja superior a 60 dias, pode a Entidade Adjudicante autorizar que os bens sejam entregues de forma faseada pelo Adjudicatário, desde que não seja ultrapassada a data limite prevista no Caderno de Encargos para a entrega da totalidade dos bens;
3. O fornecimento de material não conforme e rejeitado não suspende o prazo de entrega.

Artigo 4.º

Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento;
2. O preço máximo a pagar pela entidade adjudicante é de **9.000,00 € (nove mil euros), S/ IVA**, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por cada lote o abaixo discriminado, não sendo admitidas propostas cujo valor proposto exceda o preço máximo fixado para o lote respetivo:

   - Lote 1 _ 1.500.00 € (mil e quinhentos euros), S/IVA;
   - Lote 2_ 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), S/IVA.

3. O preço base foi determinado com base nos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos com o mesmo objeto

Artigo 5.º

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do CCP, após a aceitação definitiva dos bens prevista no artigo seguinte;
2. Eventuais propostas de adiantamentos estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do CCP;
3. Nenhum pagamento poderá ser efetuado antes do contrato ser visado pelo Tribunal de Contas e liquidados os respetivos emolumentos.;
4. Em caso de recusa de visto por parte do Tribunal de Contas, apenas poderão ser pagos os bens entregues ou serviços prestados até à data da notificação dessa decisão;

5. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho, e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

Artigo 6.º

Aceitação

1. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade dos bens/serviços, cabe à Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística declarar a aceitação definitiva do bem fornecido, ficando registada a data de aceitação do mesmo;

2. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística através da emissão de ofício que considere encerrado o processo de aceitação de bens/serviços;

3. Se durante a realização da inspeção quantitativa e qualitativa se verifique a ocorrência de falhas ou deficiências na execução do fornecimento, as mesmas serão comunicadas ao adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas nos artigo 13º;

4. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 62/2013, de 10 de maio, e do nº 2 do artigo 299º do CCP, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos.

5. Nas situações previstas no n.º 2 do artigo 3.º, para efeitos de aceitação, apenas serão considerados os bens entregues num intervalo não inferior a 30 dias desde a última entrega parcelar.

Artigo 7.º

Garantia e Assistência Técnica

1. O Adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo à entidade adjudicante**,** os bens fornecidos, com integral respeito por todas as suas características, pelo prazo de 2 (dois) anos;

2. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior;

3. O Adjudicatário deverá fornecer os bens adjudicados de acordo com as especificações técnicas constantes das peças processuais do presente procedimento e na qualidade requerida pelas leis do mercado e de acordo com as amostras ou outros dados que serviram de base à adjudicação do procedimento obrigando-se dentro dos prazos que lhe foram definidos na respetiva notificação,

substituir ou recondicionar todo aquele que, com base nos pareceres técnicos, não for considerado dentro das características e condições requeridas;

4. Quando a entidade adjudicante tiver dúvidas sobre a qualidade dos bens fornecidos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios além dos acima previstos, acordando, previamente com o Adjudicatário as regras e procedimentos a adotar. A realização de testes ou ensaios adicionais suspende o prazo de aceitação dos bens durante o período estritamente necessário para a sua realização;
5. Em caso de anomalia detetada no âmbito da execução contratual, o Adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao Adjudicatário.

Artigo 8.º

Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias

Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável.

Artigo 9.º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade da entidade adjudicante, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato.

Artigo 10.º

Documentação

1. O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, aquando do fornecimento dos bens / serviços, catálogos e demais documentação relevante, relativa aos bens / serviços, caso existam;
2. O adjudicatário procederá ainda à entrega do certificado de conformidade emitido pelo organismo de garantia da qualidade do país produtor e do certificado de qualidade emitido pelo departamento de qualidade do fabricante;
3. A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

Artigo 11.º

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não pode recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, para a execução das atividades objeto do presente procedimento sem expresso consentimento por escrito da Entidade Adjudicante;
2. O recurso à prestação de serviços a entidades terceiras não pode, em caso algum, pôr em causa o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário;
3. O Adjudicatário, no caso de recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, deve apresentar os documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa;
4. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante;
5. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa.

Artigo 12.º

Sanções

1. Se, por causa que lhe seja imputável, o adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a entrega dos bens ou na prestação do serviço, ou na situação prevista no nº 3 do Artigo 6º, fica este obrigado, a título de sanção pecuniária, ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula: P = V* A/300, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso, sem prejuízo de eventuais indemnizações pelo dano excedente;
2. Em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente atraso na prestação, as sanções pecuniárias poderão ser reduzida se for parcialmente cumprida a prestação em falta; no caso de, o adjudicatário, por outro lado, cumprir integralmente a prestação em falta, as sanções pecuniária poderão não ser exigidas.

Artigo 13.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas;

3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Artigo 14.º

Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290ª-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela Entidade Adjudicante.

Artigo 15.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial;

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, aquele efetue e lhe sejam imputadas.

Artigo 16.º

Outros encargos

Todas as eventuais despesas não expressamente previstas no contrato e que derivem da sua execução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 17.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis;

2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato, devendo a intenção de resolução ser comunicada com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 18.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 19.º

Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do CCP, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Artigo 20.º

Direção de Aquisições em Lisboa, 06 de outubro de 2020

A CHEFE DA REPARTIÇÃO DE CONCURSOS E CONTRATOS

(assinatura no original arquivado no processo)

Elisa Maria Fernandes Coimbra
Tenente-Coronel de Administração Militar

ANEXO A ao Caderno de Encargos n.º A0413_2020

REQUISITOS TECNICOS

Lote I -– Computador de Secretária Avançado com a seguinte configuração:

Equipamento Base	Especificações mínimas
Conectividade	
Cont. de rede Eth. (RJ45) - (Mbps):	10/100/1000
Num. de portas USB total (2.0 ou sup.):	6
Num. de portas USB frontais (2.0 ou sup.):	2
Nível de Ruído	
Volume de Ruído em funcionamento (dB(A)):	<=40
Volume de Ruído em func. com ac. a disco rígido:	<=45
Certificação, Normas e Legislação	
Eficiência energética:	Energy Star 5.2
Desempenho	
SYSmark 2014 Rating (pontuação) :	*2150
Processador	Intel Core I7-8700, ou equivalente
Sistema Central*	
mem. instalada (GB):	16
mem. máx. (GB):	32
Num. de ranhuras de mem. livres:	1
Armazenamento*	
SSD	240 GB
Num. discos máx.:	2
Drive óptica interna:	DVD RW
Sistema Gráfico	
Dimensão mem. gráfica (MB):	512
Saída de vídeo:	VGA/DVI
Sistema de Som	
proc. de som:	Sim
Periféricos	
Rato	
Rato c/fio:	USB Óptico Scroll c/fio
Teclado	
QWERTY:	QWERTY Português USB c/Leitor Smart Card Compliance SSCD,

	PKCS#15, EMV/CAP, ISO/IEC 7816
Ecrã externo LCD 24 POL*	
Tamanho imagem visível (polegadas mínimo):	24 pol
Resolução (píxeis):	3840 × 2160
Quantidade de portas HDMI	1
Quantidade de cabos HDMI	1
Componentes*	
Placa Gráfica Dedicada	
Equipamento de referência	Nvidia Quadro P2000, ou equivalente.
Numero de DisplayPort	4
DisplayPort	1.4
Resolução Máxima	5120 x 2880
mem.:	5GB
Tipo de mem	GDDR5
Average G3D Mark	8376
Adaptadores DisplayPort to HDMI	
Quantidade	4

Lote II – Sistemas x86 rack Tipo xR3, com a configuração:

Equipamento Base	Especificações mínimas	QTD
Processador		1
"SPEC CINT2006 Rates - Base Result" publicado em: http://www.spec.org/cpu2006/results/rint2006.html (o equipamento testado deverá ter o mesmo número e o mesmo modelo de CPU do equipamento proposto)	931*	
N.º de processadores instalados	2	
N.º de "cores" por processador	12*	
N.º máximo de processadores suportados	2	
Memória		
N.º de slots de memória livres e ativos por CPU instalado	6	
Armazenamento		
N.º de baías para discos Hot Swap de 2,5" (Small Form Factor)	26*	
Sistema Gráfico		
Saída de vídeo	VGA	
Conectividade		
Controlador de rede Gigabit Ethernet (número de portas RJ45)	4	
Controlador de rede 10Gigabit Ethernet (portas)	0	

Controlador integrado de gestão via Ethernet (porta RJ45)	Sim	
Controlador de gestão remota com consola de texto, consola gráfica, e media virtual	Sim	
N.º de portas USB 2.0 ou superior	2	
Expansibilidade		
N.º de slots de expansão com BUS PCI-Express livres	3	
Alimentação elétrica e arrefecimento		
Fontes de alimentação redundantes e hot swap	Sim	
Arrefecimento redundante e hot swap	Sim	
Voltagem (Volt)	220	
Potência das fontes de alimentação incluídas (Watt)	600	
Cabos de alimentação necessários incluídos na configuração proposta	Sim	
Conectores dos cabos de alimentação fornecidos (C13/C14)	Sim	
Formato		
Altura máxima em Rack Units (Us)	2U	
Kit para instalação em rack 19" (standard EIA 310-D)	Sim	
Calhas deslizantes e braço para segurar a cablagem, permitindo manutenção com o servidor ligado	Sim	
Software		
Suporte nativo (sem recurso a hypervisor) para Sistemas Operativos Microsoft Windows Server 2008 R2 e 2012 com certificação vísivel em site da Microsoft	Sim	
Suporte nativo (sem recurso a hypervisor) sistema operativo Red Hat Enterprise Linux 6.x com certificação vísivel em site da Red Hat	Sim	
Suporte nativo (sem recurso a hypervisor) sistema operativo Suse Linux Enterprise Server 11.x com certificação vísivel em site da Suse	Sim	
Suporte sistema operativo VMware ESXi 5.x com certificação vísivel em site da Vmware	Sim	
Componentes		
Memória 2*		**8**
Registered DIMM ou Load Reduced DIMM	Sim	
Capacidade (GB)	16	
Frequência (MHz) da memória igual ou superior à velocidade máxima de acesso suportada pelo processador instalado	Sim	
Disco Rígido 5		**15**
Capacidade (GB)	*1200	
Formato físico (polegadas)	2,5	
Velocidade (RPM)	10000	
Interface	SAS	
Hot-swap	Sim	
Disco SSD 1		**2**
Capacidade (GB)	120	
Formato físico (polegadas)	2,5	
Hot-swap	Sim	
Controlador de armazenamento		**1**
Cache (MB)	2048*	
Proteção de cache por bateria, flash cache ou equivalente	Sim	
Níveis de RAID suportados	0, 1, 10, 5	

Interface	SAS	
Placa de rede Ethernet 1 (1000BASE-T)		**1**
Número de portas RJ45	2	
Velocidade das portas (Gbps)	1	
Fonte de alimentação 2		**2**

Fim de Procedimento